

## **A recepção da abolição da escravatura pelos jornais de Desterro**

*The reception of the abolition of slavery in the Desterro's newspapers*

Ana Clara Cardoso de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** O jornalismo no século XIX toma vida quase como um “quarto poder”, influenciando a vida política e as opiniões públicas. Dessa forma, o presente artigo utiliza a pesquisa em literatura bibliográfica específica para analisar a repercussão da abolição da escravatura nos jornais de Desterro, a fim de compreender suas similaridades e também questionar o discurso da pouca ou não existência de escravos em Santa Catarina, que permeia até hoje o imaginário do estado.

**Palavras-chaves:** Jornalismo; Século XIX; Desterro; Abolição da escravatura.

**Abstract:** Nineteenth-century journalism comes to life almost as a “fourth power”, influencing political life and public opinion. Thus, this article uses research in specific bibliographic literature to analyze the repercussion of the abolition of slavery in Desterro's newspapers, in order to understand its similarities and also to question the discourse of the little or no existence of slaves in Santa Catarina, which permeates the imaginary of the state.

**Keywords:** Journalism; XIX century; Desterro; Abolition of slavery.

### **Introdução**

Este trabalho foi feito inicialmente para a conclusão da disciplina “História de Santa Catarina” do curso de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Este artigo trata sobre a recepção da abolição da escravidão nos jornais da ilha de Desterro, abordando o papel do jornalismo como um “quarto poder” no século XIX, sua importância no período de maneira geral e também sua importância específica na Ilha de Desterro.

Assim, o objetivo desse trabalho é buscar entender como foi recepcionada a notícia da abolição da escravidão na Ilha de Desterro pelos jornais que circulavam na época, entendendo a importância desse tipo de veículo informativo para a esfera pública e política.

Para tanto foi usado arquivos da Hemeroteca Digital de Santa Catarina<sup>2</sup>, sendo selecionados para uso nesse trabalho os periódicos que tinha publicação próximos a data da abolição da escravidão. Essas fontes foram avaliadas a partir de literatura especializada sobre a abolição da escravidão, sobre o jornalismo no século XIX e seu papel nesse processo.

### **O jornalismo do século XIX**

---

1 Graduada do 9º período do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: [aclaracfreitas@gmail.com](mailto:aclaracfreitas@gmail.com)

2 Acesse em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>

Segundo o trabalho de Jorge Pedro Souza (2008), intitulado *O jornalismo na maioridade: A imprensa do séc XIX*, o jornalismo no mundo ocidental durante o século XIX teve como principais fatores norteadores a expansão e a consolidação do capitalismo industrial, o aumento do nível de instrução, o aumento do número de pessoas votantes e participantes da vida política, o avanço do colonialismo na África e na Ásia, a grande quantidade de conflitos armados e as novas correntes ideológicas.

No decorrer do século, afirma ainda Souza (2008) ocorreram inovações tecnológicas que impulsionaram e dinamizaram a produção da imprensa e trouxeram uma nova concepção de atualidade com seus correspondentes e as informações que chegavam de telégrafo, bem como uma tentativa de dar teor objetivo e impessoal aos relatos. O que por sua vez reforçou a sua existência como “quarto poder”

[...] Acresce que o jornalista foi usurpando ao político e às instituições políticas o papel de representação dos cidadãos, de vigilância dos poderes e de pugna pelo interesse público, tendo o problema sido agudizado pelo já referido radicalismo discursivo da imprensa do final do século XIX e princípios do século XX<sup>3</sup>.

Enquanto na Europa e em outras partes do mundo o Jornal já se desenvolvia há algum tempo, o surgimento de uma imprensa brasileira se deu em 1808 com a criação da Imprensa Régia, que possibilitou a impressões da *Gazeta do Rio de Janeiro*, fortemente ligada ao Estado<sup>4</sup>. Apesar de a *Gazeta* não ser um órgão oficial do Estado, estava intimamente ligado à Corte, dessa forma “[...] não pode ser considerada como uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era estrangeira à medida que não abrangia fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no Brasil”<sup>5</sup>.

Em contraposição, o *Correio Brasiliense*, que era impresso em Londres, trazia um discurso de certa forma inovador para o que se tinha na época, levou a discussão particular das esferas políticas para o espaço público e cotidiano<sup>6</sup>.

Em Santa Catarina, em 1831, surge o primeiro periódico, *O Catarinense*, fundado pelo lagunense Jerônimo Coelho, que tinha contatos importantes no governo. Era um jornal ligado à maçonaria e ao movimento liberal, desde os seus leitores até seus apoiadores, já que era essa

---

3 SOUSA, 2008, p. 110.

4 RIBEIRO, 2004.

5 RIBEIRO, 2004, p. 37.

6 RIBEIRO, 2004.

audiência disponível na Ilha naquele momento<sup>7</sup>. Os outros poucos periódicos contemporâneos ao *O Catarinense* vão seguir esse mesmo padrão

O que se pode perceber é que esses periódicos tenderam a ser porta-vozes do poder público, sendo sua tipografia propriedade do governo provincial; isso configurava, não mais um ensaio da esfera pública burguesa, mas sim a transformação de súditos em público leitor de leis, decretos, mensagens e atas das Assembleias provinciais<sup>8</sup>.

O *Jornal do Commercio* veio com discurso da imparcialidade e órgão fiscalizador do povo. O diferencial dele, porém, era o seu custo diminuto e sua quase completa autonomia, mantido com anúncios e folhetins<sup>9</sup>.

*Jornal Regeneração* e o *Jornal do Comércio* vão fazer uma nítida separação de trabalho dentro da imprensa, agora cada função é executada por um trabalhador específico, causando atrito entre seus empregados. Por sua vez, essa insatisfação levou os trabalhadores a criação de seus próprios jornais, que costumavam ter vida curta<sup>10</sup>.

Esses acontecimentos trouxeram à tona grupos que não integravam partidos políticos, que fugiam do padrão do perfil de quem detinham o controle da imprensa, o que incluiu também aqueles que faziam parte do movimento abolicionista, formando clubes e jornais no período de 1885 a 1888. O discurso abolicionista, conforme Pedro (1995), veio acompanhado de um projeto civilizatório de branqueamento da sociedade, pois considerava que o negro “atrapalhava” esse processo, assunto no qual nos aprofundaremos na sessão a seguir.

## **A escravidão em Santa Catarina e o processo de abolição da escravatura**

A história da escravidão em Santa Catarina, ainda nos dias de hoje, tem sido comumente negada pelo discurso do senso comum, de forma a reduzir a realidade dando a entender que a colonização no estado foi açoriana e de imigração europeia. Entretanto, a população preta e parda na ilha era proporcionalmente expressiva no século XIX

Em 1872 a mando do governo imperial, foi realizado um amplo recenseamento da população de cada província. Nessa ocasião, a população total da ilha foi calculada em 25.709 pessoas, das quais 2.940 eram ainda escravas. Dentro do total da população livre, o censo identificava a população

---

7 PEDRO, 1995.

8 PEDRO, 1995, p. 21.

9 PEDRO, 1995.

10 PEDRO, 1995.



de origem africana livre ou liberta, que já era superior em número aos escravos: 1.650 homens e 1.827 mulheres, num total de 3.477 pessoas. A população identificada como “preta” ou “parda”, fossem escravos ou livres, somava um quarto de toda a gente da ilha nesse ano<sup>11</sup>.

Uma parte do argumento passa pela questão de que na região Sul não existiam grandes fazendas de monocultura como ocorria em outras regiões e, por conta disso, não teria como haver uma grande demanda de escravos e a mão de obra seria predominantemente familiar. Porém, conforme aponta Beatriz Mamigonian (2006), deve-se levar em consideração que no princípio a Ilha tinha uma população demasiada pequena para sustentar a produção de insumos que serviam para abastecer os barcos que atracavam no porto de Desterro. Isso sem esquecer das armações baleeiras, atividade importante no litoral que mobilizava

[...] mão de obra livre para funções de mar (timoneiro, arpoador) quanto de terra (oficiais mecânicos, mestre de azeite), e de grandes números de escravos para todas as outras funções de mar, do engenho e do apoio, as armações baleeiras foram grandes unidades escravistas no litoral catarinense<sup>12</sup>.

A abolição da escravidão se torna um importante tópico quando a Inglaterra decide pressionar o fim da escravidão e tráfico de africanos no Atlântico. A pressão exercida por essa potência hegemônica sobre o Brasil começa com a ida da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, que aconteceu com forte ajuda dos britânicos, e continua com a independência do Brasil, visto a necessidade de reconhecimento por parte do Estado inglês.

Diante desse cenário se propôs um acordo que, dentre outros, em específico determinava que após três anos, contando a partir de 1827, o tráfico de escravos deveria ser suspenso nos portos brasileiros, ou seja, em 1830<sup>13</sup>. Os parlamentares colocaram questões que poderiam impactar no Brasil, seriam essas de cunho principalmente econômico e político, observando que este acordo poderia prejudicar essas duas esferas do país<sup>14</sup>. Ainda para Gurgel (2008), em abril de 1831, o país teve suas estruturas abaladas com a abdicação de D. Pedro I, em favor de seu filho, ainda menor de idade, dando início a um período regencial que foi caracterizado por uma descentralização do poder e uma série de revoltas.

Nesse contexto, descreve Ana Guerra Ribeiro de Oliveira (2016), a lei de 7 de novembro de 1831 vem na sequência, com o intuito de dar fim ao tráfico de escravos no Brasil colocando o controle da escravidão, até certo ponto, em mãos brasileiras. Apesar de ser discutível a

---

11 LIMA, 2013, P. 199.

12 MAMIGONIAN, 2006, p. 619.

13 PARRON, 2005.

14 GURGEL, 2008.



efetividade da lei e da sua fama de ser “lei para inglês ver”, em muitos momentos ela foi invocada como justificativa para a liberdade de pretos ilegalmente escravizados<sup>15</sup>.

Dada a não abolição do tráfico por parte do Brasil, tendo até mesmo aumentado após a promulgação da Lei de Feijó, a Grã-Bretanha volta a pressionar o Brasil para o fim do tráfico. Uma das formas de fazer isso foi através da lei *Bill Aberdeen* (1845), criada pela Inglaterra de forma unilateral. Essa lei “classificava o tráfico brasileiro de escravos como pirataria, dava autorização à marinha britânica para abordar e apreender as embarcações imperiais que estivessem envolvidas nesse comércio e permitia que os tribunais marítimos ingleses julgassem-nas”<sup>16</sup>. Nesse cenário, existe a lei de 1850, mais conhecida como lei Eusébio de Queiroz, que veio reforçar a lei de 1831 e, novamente, colocar o controle da escravidão em mãos brasileiras.

Já em 1852, segundo aponta Argemiro Gurgel (2008), o tráfico de escravos vindos da África estava quase completamente extinto, apesar disso a escravidão não deixou de existir no Império, dado que, em contrapartida, o mercado interno de escravizados torna-se mais significativo, principalmente nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Já em Santa Catarina os números de escravos vão se manter sem muitas alterações, o que indica a essencialidade dessa mão de obra para o serviço desenvolvido<sup>17</sup>.

### **Jornais de Desterro e a abolição da escravatura**

O primeiro periódico a ser analisado aqui é *O Crepúsculo*, lançado em abril de 1887 e pertencente a Sabbas Costa, onde se propõe um órgão literário e independente dedicado a trazer a ilustração aos desterrenses, concluindo o texto de apresentação com a frase: “Seguiremos pois e avançaremos portanto: o caminho da liberdade”<sup>18</sup>.

Pensando no que já foi dito anteriormente, a imprensa por muito tempo foi ligada a órgãos públicos e partidos políticos, o que era um meio de mantimento financeiro. *O Crepúsculo* apesar de sua pretensa imparcialidade, claramente tem direcionamentos políticos e crenças quanto ao papel do jornal na vida das pessoas, concomitante ao que Barbosa (2010) ressalta:

A boa imprensa, digna, honesta, moralizadora é aquela, segundo as idealizações correntes que se pauta pela busca pela verdade, que prega a conciliação, a ordem e o respeito à lei. É aquela que publica a verdade dos

15 MAMIGONIAN, 2017.

16 YOUSSEF, 2010, p. 238.

17 LIMA, 2013.

18 O CREPÚSCULO, 1887, p.2.



fatos. A imagem construída pelos jornais define-a como instituição imparcial e portadora da verdade. A essas idealizações outra ainda é acrescida: a de intermídia entre população e poder público<sup>19</sup>.

Assim pode-se pensar no jornal como uma instituição que se coloca como um poder público, não só como um canal entre o povo e governo, mas também um órgão educador, a exemplo do jornal tratado aqui. Em 14 de maio de 1888, o jornal faz uma publicação que ocupa cerca de quase duas colunas (metade de uma lauda) enaltecendo o fim da escravatura, em suas palavras:

Chegamos ao fim vitorioso que almejávamos, arrancaram do painel da traição deteriorada pela maldade e corrompido pelo erro a escravidão, os pobres cativos! [...] Sempre cumprimos a missão de verdadeiros brasileiros: filhos da luz e do Porvir! Sempre ergue-se a voz da liberdade, ergue-se perante a supremacia altiva dos heróis sensatos e criteriosos, e perante aqueles que nunca sentiram na alma uma comoção de arrependimento, aqueles desumanos que desconsideram o progresso como o obscurantismo das classes e souberam poupar o trabalho escravo para economizar os cofres e gozar de seu bem-estar<sup>20</sup>.

Nesse trecho, escrito pelo próprio proprietário do Jornal, podemos observar o direcionamento iluminista e sua crença no progresso claramente “atrapalhado” pela existência da escravidão no Brasil. *O crepúsculo* recebe festivamente o anúncio, enaltecendo os “heróis sensatos e criteriosos” que possibilitaram esse passo na história brasileira. Ainda na mesma publicação, duas páginas à frente, há mais uma coluna glorificando o ocorrido e continua na publicação da semana seguinte, logo na folha inicial, um texto que ocupa toda a lauda, todas elas repetidamente festejando a liberdade dos escravos.

Outro Jornal que circulava na cidade era *O Jornal do Commercio*, periódico também com cerca de 4 páginas, sendo que as duas últimas eram praticamente só anúncios, pertencendo a Martinho Callado e Eduardo Horn. Não foi possível acessar nenhuma publicação próxima à data quando ocorre a abolição da escravatura. A mais próxima, é a de 28 de março de 1888, nela há ainda algumas publicações referentes à libertação de escravos. A que mais chama atenção é essa:

Os dignos cidadãos que enceraram a libertação de seus escravos, este ano, foram os Srs. Constancio Thomaz de Moura Ramos e Oliverio Thomaz de Moura Ramos, alforriando os escravos Modesto, Eusebio, Alexandre e Vicente. O Sr. Cezar de Oliveria Branco, sua escrava Escolástica. O Sr.

19 BARBOSA, 2010, p. 133.

20 O CRESPUSCULO, 1884, p. 2.



Francisco Borges de Amaral e Castro Junior seu escravo Sebastião. O Sr. Domingos Arruda, os escravos Manoel e Marianno. O tenente Antonio Victorino de Lis, os escravos Francisca, Zeferina, Maria e Quirino. Em Corytibanos foi alforriado o escravo Mathias, do espólio de Antonio Theodoro de Souza<sup>21</sup>.

Chama atenção por apontar nominalmente um por um dos senhores que libertaram seus escravos, enaltecendo a alforria, como se fosse uma espécie de filantropia e colocando a agência quase que totalmente no homem branco. A próxima publicação disponível para consulta é de 04 de julho de 1888, tanto nessa quanto na publicação seguinte não há nenhuma menção sobre a abolição da escravidão.

Com mais ou menos um mês de atraso o periódico *O Mosquito* também notifica brevemente a abolição de escravatura, com uma preocupação “é preciso que esses novos cidadãos saibam cumprir os seus deveres de trabalhadores, e de bons pares de família”<sup>22</sup>.

Ainda em algumas publicações posteriores, é publicada uma imagem na *Revista Ilustrada* e nela se lê “O nosso ilustradíssimo colega da *Revista Ilustrada* o seguinte quadro representando a lavoura e os atuais libertos: Ui! Ui! Ontem tanta lambada pra trabaiá hoje só dinheiro e adulação. Eh! Eh!”<sup>23</sup>. Na imagem existem três homens, dois brancos e um preto, existe uma clara distinção nas roupas dessas personagens. Enquanto os dois homens brancos usam chapéu e botas, o homem negro está descalço e com a cabeça descoberta. A posição das pessoas nessa ilustração aparenta que o homem a direita está mostrando algo e o homem a esquerda está contando algo, o homem ao centro parece contente, com um sorriso no rosto. Todos esses elementos nessa imagem e na legenda implicam uma relação paternalista e hierárquica, onde o homem branco guia o ex-escravo a liberdade.

Figura 1 – Imagem da *Revista Ilustrada*

21 JORNAL DO COMMERCIO, 28 de março de 1888, p. 2.

22 MOSQUITO, 1888, p.1.

23 O MOSQUITO, 17 de junho de 1888, p. 2.



Fonte: Jornal *O Mosquito* (1888) p. 2

No *Typographo*, periódico literário com primeiro número em maio de 1888 cujo proprietários se identificavam como empregados do “Conservador”, também foi possível encontrar menção à abolição da escravatura. Isso é um acontecimento que reflete a divisão do trabalho dentro dos grandes jornais, ou seja, o proprietário do jornal já não fazia mais todas as funções, e isso restringiu o poder de ascensão dos que trabalhavam no jornal.

Já não bastava mais saber ler e escrever para participar do “projeto civilizatório da sociedade”. A emancipação garantida pelo discurso iluminista para os ilustrados, teria que vir acompanhada de posse de propriedade particular. Era isso que tipógrafos, aprendizes e compositores não possuíam em sua relação com o *Jornal do Commercio* e o *Regeneração*<sup>24</sup>.

O *Typographo* fez parte dos jornais criados por trabalhadores que, por falta de financiamento e pouco público, durou pouco tempo. Neste periódico encontramos uma breve

24 PEDRO, 1995, p. 76.

citação da abolição da escravatura: “No dia 13 de maio, data gloriosa para a nossa pátria, raiou brilhante em todo o império do Brasil, o rutilo e tão estimado sol da liberdade. Viva o Brasil Livre! Viva !!”<sup>25</sup>. Depois, no dia 28 de maio de 1888, há uma publicação que ocupa cerca de 2 páginas do periódico onde claramente se refere a abolição, porém, pelo fato de boa parte das páginas estarem desgastadas não se pode afirmar o que exatamente estão falando, mas que o colocam em tom festivo e comemorativo.

Ainda temos o jornal *O Conservador*, contendo 4 páginas e gerenciado por Geraldo Ferreira Braga. O periódico tem suas duas últimas páginas quase cobertas de anúncios. Trás na segunda página da edição do dia 14 de maio de 1888, uma pequena menção de cerca de 2 parágrafos sobre a abolição e mais dois telegramas de Tubarão e outro de Laguna, ambos igualmente comemorativos.

Por último, ainda temos o *Jornal Regeneração*, gerenciado por Alexandre Margarida e contendo 4 páginas e, diferente dos outros tratados aqui, continha cinco colunas, sendo que foi reservado para falar da abolição a primeira página inteira e ainda mais duas colunas. O jornal também cita boletins enviados a outros jornais, todos eles em tom de comemoração pelo grande avanço conquistado. Por conta da extensão do texto foi selecionado um pequeno trecho para exemplificar:

[...] está livre por consequência a nossa bela pátria do crime ignomioso que a aviltava perante o mundo civilizado, e deprimia o caráter do seu povo. Quebraram-se todas as algemas que manietavam o pulso dos escravos, abrindo-se para eles de par em par as portas da sociedade. Nem mais um só generá aflito no fundo da senzala, cortado pelo frio e acabrunhado pela fome, por que a bastilha negra, que por tantos anos abateu a consciência do povo brasileiro e onde eram praticadas as maiores desumanidades e os mais estupendos crimes foi por terra para nunca mais ser levantada<sup>26</sup>.

## Conclusão

Ao constatarmos a existência da escravidão em Santa Catarina, bem como na Ilha de Desterro como algo real, e ao pensar em proporção à população que habitava a ilha temos que pensar também qual o impacto que isso trouxe a sociedade da época e como foi lidado com o fim desse tipo de mão de obra. Os jornais nesse período funcionam como formadores de opinião, uma espécie de órgão extragovernamental que se colocavam na posição de fiscalizar

---

25 TYPOGRAPHO, 1888, p.2.

26 REGENERAÇÃO, 15 de maio de 1888, p. 1.



as instituições nacionais. Esses periódicos claramente condenavam a prática da escravidão e comemoravam o fim dela, em diferentes medidas formas.

Podemos observar que, por exemplo, em alguns jornais a notícia vem próxima a página de anúncios, sem muito destaque e com poucas palavras dedicadas, em outros aparece na primeira página com extensos textos, escritos até mesmo pelo proprietário do jornal. A maioria deles discursa como a escravidão em si é um elemento que coloca o Brasil como um país incivilizado. Baseados no discurso iluminista de progresso, no qual a sociedade agrária com mão de obra escrava seria a menos desenvolvida, e aquela com a mão de obra livre caminhando para a industrialização.

É importante também lembrar que quem lia esses periódicos eram pessoas brancas e alfabetizadas, ou seja, que tinham uma renda superior, portanto, foi uma comemoração feita de pessoas brancas para pessoas brancas, em sua maioria, excluindo quem deveria ser o elemento principal desse momento: os escravos negros.

Para finalizar, é importante ressaltar que apesar dos esforços de pesquisa e do desejo de ir mais a fundo sobre a questão da recepção pelos jornais da abolição da escravidão em Santa Catarina no século XIX, encontra-se dificuldade de acesso a algumas bibliografias e fontes.

## Referências

Abolida a escravatura. **Conservador**, Desterro, 14 de maio de 1888, p. 2

Abolição. **Typographo**, Desterro, 28 de maio de 1888, p. 2

A Pátria livre. **O Mosquito**, Desterro, 10 de junho de 1888 p. 1

Ave libertas!. **Regeneração**, Desterro, 15 de maio de 1888, p. 1

A Redenção. **Regeneração**, Desterro, 15 de maio de 1888, p. 1

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: brasil - 1800 - 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Data Gloriosa. **Typographo**, Desterro, 21 de maio de 1888, p. 2

FALEI, Fernando de Brito. **Ecos na casa grande: o pensamento escravista nos últimos anos de escravidão (1883 -1888)**. Dissertação (Mestrado em História), UFF, 2015.

GURGEL, Argemiro Eloy. **A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença**. Dissertação (Mestrado em História), UFRJ, 2004.



LIMA, Henrique Espada. Da escravidão a liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de santa catarina**. Florianópolis: Editora da Ufsc, 2013. p. 197-223.

Livre... Pensar!. **O Crepúsculo**, Desterro, 30 de maio de 1888, p. 1

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850)** In: FRAGOSO, João et. al. Nas rotas do Império. P. 609-643. Vitória: EDUFES, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **O Estado nacional e a instabilidade da Propriedade escrava: A lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872**. Almanack Braziliense, nº 2, p. 20-37 Guarulhos, 2011.

Movimento da população escrava. **Jornal do Commercio**, Desterro, 30 de maio de 1888, p. 2

OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro de. **Pena, papel e grilhões: o sinuoso caminho até a aprovação da lei do ventre livre**. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito), UFMG, 2016.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história de imprensa e as origens da imprensa no Brasil. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 2, p.125-142, 2011.

**O Mosquito**, Ed 5, 17 de junho de 1888, p. 2.

PARRON, Tâmis Peixoto. A defesa da escravidão no parlamento imperial brasileiro: 1831-1850. **Almanack Braziliense**, n. 1, p.128-135, São Paulo, maio, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 105p.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **A imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808 – 1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

SALELS, Ricardo. Abolição no Brasil: Resistência escrava, intelectuais e política (1870 - 1888). **Revista das Índias**, v. 71, n. 251, p.259-284, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. O jornalismo na maioria: A imprensa do séc XIX. In: SOUSA, Jorge Pedro de. **Uma história breve do jornalismo no ocidente**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, p. 100-168, 2008.

Sabbas Costas. Libertas. **O Crepúsculo**, Desterro, 14 de maio de 1888, p. 2

(Título ilegível). **Typographo**, Desterro, 28 de maio de 1888, p. 1

YOUSSEF, Alain El. **A imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822 - 1850)**. 300 f. Tese (Doutorado em História) - Curso de História, USP, São Paulo, 2010.



Recebido em 26 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 15 de setembro de 2020.

